

**ARSESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E
ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO – 15/05/2009 - TARDE**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA 01/2009 – SEGUNDA PARTE: REVISÃO
TARIFÁRIA DOS SERVIÇOS DE GÁS CANALIZADO – COMGÁS**

CÍNTIA – Boa tarde a todos. É com satisfação que a Arsesp, Agência de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, recebe os senhores presentes para participação na Audiência Pública número 1 de 2009, segunda parte. A audiência pública é convocada pela diretoria da Arsesp e destina-se a recolher subsídios e informações junto à sociedade para as matérias em análise na agência. Visa também dar oportunidade de manifestação verbal aos interessados nos processos decisórios que impliquem efetiva afetação de direitos dos agentes econômicos dos setores de energia e saneamento, dos consumidores e demais interessados da sociedade, conforme dispõe a Lei Complementar 1.025 de 07 de dezembro de 2007, que criou a Arsesp. A senhora Karla Bertocco Trindade, diretora de relações institucionais da Arsesp presidirá esta audiência pública, cabendo-lhe decidir conclusivamente as questões de ordem e as reclamações sobre os procedimentos adotados na audiência. A manifestação de cada inscrito estará limitada a cinco minutos. As manifestações serão feitas segundo a ordem de recebimento das inscrições, conforme previsto no regulamento desta audiência pública. Esclarecemos que o tempo será controlado e que o comentarista será alertado, se for o caso, quando faltar um minuto para o fim de sua intervenção. Inscrições posteriores ao prazo final para recebimento poderão ser

consideradas, caso o tempo total previsto para as manifestações do público não esteja completamente preenchido pelas inscrições prévias. O presidente da audiência e demais integrantes da mesa poderão fazer perguntas aos depoentes para a obtenção de esclarecimentos adicionais. Informamos que todos os depoimentos serão registrados por meio eletrônico, de forma a preservar a integridade de seus conteúdos e a permitir o máximo aproveitamento como subsídios à conclusão do processo de regulamentação. Reiteramos a importância do fiel cumprimento do tempo e das regras aqui estabelecidas, de modo a que se possa atender, de forma organizada, todos os interessados. Pedimos a todos a gentileza de desligar os telefones celulares e de não fumar neste auditório, para o conforto e a segurança dos presentes. Os participantes desta audiência, que por motivos imperiosos, não puderem desligar seus aparelhos celulares, poderão deixá-los aos cuidados da nossa recepção aqui fora, que se prontificará em anotar e repassar os respectivos recados. Lembramos que está à disposição dos interessados, na recepção, cópia do regulamento desta audiência.

Convidamos agora para compor a mesa principal desta audiência pública, a Sra. Karla Bertocco Trindade, diretora de relações institucionais da Arsesp, que está designada para presidir e secretariar os trabalhos; o Sr. Zevi Kann, diretor de regulação técnica e fiscalização do serviço de distribuição de gás canalizado; e o Sr. Aderbal de Arruda Penteado Júnior, diretor de regulação técnica e fiscalização dos serviços de energia elétrica. Com a palavra a Sra. Karla Bertocco Trindade, presidente desta audiência.

KARLA BERTOCCO TRINDADE – Boa tarde a todos. Nós vamos dar seqüência então à audiência pública agendada para

hoje, agora com a discussão dos aspectos tarifários. Vamos ter a mesma ordem da audiência que foi realizada pela manhã, vamos iniciar com a apresentação da Arsesp, seguida da apresentação da concessionária e então o tempo disponível aberto para os expositores, sendo que temos até o momento 18 expositores inscritos. Então também a mesa decidiu dar um tempo de cinco minutos para cada um. Não sei se algum dos dois diretores quer fazer uso da palavra agora, acho que não é necessário, então já rapidamente podemos passar para o Dr. Zevi e damos início a esta audiência pública.

CÍNTIA – Dr. Zevi tem o tempo de 45 minutos para a sua apresentação.

ZEVI KANN – Boa tarde, senhores. Vamos dar seqüência à audiência pública, falando especificamente sobre estrutura tarifária. Na primeira fase da audiência pública nós reconhecemos que o tempo foi curto e resolvemos, naquela ocasião, estender a audiência pública para o dia todo. Vejo que foi um dimensionamento adequado, já que são muitos assuntos a serem tratados e muitos interessados. Nesta parte então nós vamos nos ater especificamente à questão da estrutura tarifária, e já simulações de valores para a futura tabela tarifária. Qual a seqüência dos trabalhos? Inicialmente, em função do plano de negócios revisto, nós calculamos o valor do P0, que é o valor da margem máxima média para o próximo ciclo. Este valor nós submetemos à Comgás e eles disponibilizaram então, a alocação dentro da estrutura tarifária, de um valor coerente com essa proposta de P0. Qual foi a nossa primeira fase do trabalho, recebendo a alocação dos valores da Comgás? Verificar a consistência, ou seja, se com aquela segmentação proposta para os volumes definidos inicialmente pela

agência, para cada um dos segmentos nos cinco próximos anos, seria possível chegar a um P0 de R\$ 0,3176. Está demonstrado neste slide, que bate exatamente, a menos de 340 mil reais (isso em cinco), esse exercício de comprovação de que aquele P0 e aquela estrutura são coerentes. A estrutura proposta não altera significativamente a estrutura existente. Aliás, não vemos com bons olhos modificações radicais, porque tem contratos estabelecidos, embora os contratos deixem bem claro que eles obedecerão sempre as regras das agências e as modificações decorrentes de reajustes e revisões tarifárias, mas em barco que está andando nunca é bom fazer modificações muito radicais que podem impactar fortemente os consumidores. Então procuramos fazer modificações de aperfeiçoamento nessas estruturas.

Cabe pelo contrato de concessão à concessionária, que conhece melhor do que ninguém o seu próprio mercado, fazer a primeira proposta da estrutura tarifária e assim é estabelecido no próprio contrato de concessão, que diz que a concessionária preparará e enviará a proposta de estruturação tarifária. Então nós fizemos uma análise em cima da proposta da Comgás. O que diz a proposta da Comgás? Para o segmento residencial, ela pulveriza mais as classes tarifárias, que eram quatro e passam a ser oito, colocando duas faixas de consumo baixas, abaixo de sete metros cúbicos por mês, e duas faixas acima de 600 metros cúbicos por mês. A título ilustrativo, no rodapé do slide, a gente coloca para algumas faixas estabelecidas qual é o mercado, o número de usuários e o volume dedicado a estes usuários. Logicamente, a maior concentração está na faixa de sete a 34 metros cúbicos, onde existem cerca de 50% dos usuários e 59% dos volumes. As faixas são aquelas barrinhas horizontais, antes e depois, é sempre assim

nos slides seguintes, a vigente é a barrinha de baixo e a proposta pela Comgás é a barrinha de cima. No caso do segmento residencial medição coletiva, a Comgás propõe cinco classes de consumo, adicionadas quatro classes, antes era uma tarifa única para todo o segmento coletivo. No industrial passariam a ser seis classes de consumo, em vez de 11. Então, no segmento industrial, ocorre uma simplificação na proposta da Comgás, agrupando numa única classe, consumos até 50 mil metros cúbicos/mês. No comercial eram sete e continuam sete, a proposta é esta. No caso do gás natural para fins de compressão, na proposta da Comgás passa a ser similar a do segmento industrial, só que modifica os limites de cada classe em relação à estrutura atual, mas mantém o mesmo número de classes. No GNV, a proposta da Comgás é manter a mesma estrutura tarifária vigente com uma única faixa, mas ser o mesmo valor tarifário tanto para o veicular, para as frotas, como para o transporte público, sendo que atualmente está diferenciado, o veicular tem uma tarifa um pouquinho mais alta do que as frotas de transporte público. Na cogeração mantém-se a estrutura, mas a primeira faixa se subdivide em três, de zero a cinco mil, cinco a 50 e 50 a 100 mil. O mercado diz que existem usuários até 100 mil, 26% deles. As termoelétricas, ao contrário, a Comgás propõe reduzir de oito faixas para uma só, então teríamos uma tarifa única para termoelétricas, para qualquer volume de termoelétrica.

Quais são os princípios adotados pela Arsesp para a elaboração de uma proposta tarifária? Inicialmente, o valor de P0 foi definido como proposta, logicamente está sujeito às condições desta audiência pública e também aos ajustes decorrentes de mercado, de investimentos até março, IGPM, etc. Os princípios

continuam sendo assegurar o equilíbrio econômico-financeiro, manter as receitas anuais associadas ao valor do parâmetro P0 e ao mercado de vendas considerado pela Arsesp. Dentro do segmento, buscar sempre a competitividade dos serviços de gás canalizado frente as outras alternativas energéticas, para todos os segmentos e classes, evitando na medida do possível a aplicação de subsídios cruzados entre diferentes segmentos. Simplicidade, sempre que possível. A gente vai ver que nós mesmos não obedecemos sempre a questão da simplicidade, às vezes a questão da competitividade perante o GLP e óleo combustível torna mais premente o estabelecimento de faixas do que a questão da simplicidade. Se adotarmos a simplicidade, os mercados em várias faixas deixam de ser atendidos em termos de competição. Então é um trade, é um balanço entre esses dois aspectos.

Passando para a proposta da Arsesp, quem deve defender a proposta da Comgás é a própria Comgás, esperamos que brilhantemente. Nós vamos colocar a nossa proposta. Realizamos então ajustes nos níveis tarifários na faixa de consumo até 34 metros cúbicos/mês e na faixa superior a 600 metros cúbicos por mês, de forma a tornar mais competitivo o gás natural, frente a outros substitutos energéticos correspondentes, a cada faixa de consumo. Vamos ter uma novidade colocada nessa revisão, que foi iniciativa da Comgás e nós fizemos pequenos ajustes, que é a redução significativa da chamada tarifa mínima. Até então, quem consumia zero, pagava, já com o ICMS, cerca de 16 reais o metro cúbico na fatura mensal do residencial, o que tornava, além da questão da tarifa mínima ser bastante discutível em várias outras áreas reguladas, difícil a competição até do gás junto ao botijão de gás. Quem consumia pouco muitas vezes preferia o botijão, porque

o botijão, uma vez que ele comprou, pagou 35 reais, ele pode usar em seis meses e seria uma tarifa de seis reais por mês. Então, na hora em que se coloca uma tarifa mínima de 16, acaba afugentando os consumidores pequenos. Essa idéia maturou, de modo que esta tarifa mínima está sofrendo uma alta redução, quem consumia zero vai ter 58% de redução na margem nesta proposta, ou seja, passa de 15 ou 16 para seis reais, alguma coisa mais palatável. Quem consome dois metros cúbicos por mês tem uma redução de 41%, ou seja, um valor mais adequado. A partir desse valor são reduções típicas de 3%, 9%. Vale a pena dizer que a influência da margem na tarifa do residencial é uma influência bastante grande, corresponde talvez a 80% da tarifa. Então as reduções de margem aqui acabam migrando fortemente para as tarifas. A tarifa do setor residencial depende menos do gás, então valem muito os valores das margens aqui propostos. Para a tabela tarifária do residencial medição coletiva, em relação a da Comgás que tinha estruturado quatro faixas, a gente passa a duas faixas, a gente passa de uma para duas e eles passam de uma para quatro. No nosso entendimento, esta proposta conseguiria atender a questão da competitividade, mantendo os valores apresentados. São reduções de margem aí da ordem de 9 a 13%, abrangendo os valores típicos de consumo do segmento, junto com esta decisão de tornar progressiva a tarifa da medição coletiva, para evitar problemas com os usuários. Porque às vezes num conjunto de prédios existiam medidores para cada bloco e quando a tarifa era única, se somava todos os blocos ou media individualmente e emitia uma fatura individual para cada bloco, tanto fazia porque era uma tarifa única. Agora, quando um valor maior de volume significa uma tarifa mais baixa, junto com a nossa colocação passamos a exigir que sempre nesses casos a Comgás

fature pela soma, sempre pela soma dos volumes naquele conjunto residencial, ainda que existam vários medidores, para evitar uma distorção somente pelo fato de se colocar mais faixas no segmento.

Para o segmento industrial, o que foi feito? Como já foi falado pela manhã, nós colocamos uma redução bastante forte em valores de consumo até 50 mil metros cúbicos por mês. O pequeno industrial estava com uma tarifa muito elevada em relação ao grande industrial, o que dificultava exatamente a competitividade, às vezes para o mesmo produto, como o representante dos ceramistas colocava. Uma proposta da Comgás é de enquadrar um novo segmento, que seria o segmento de refrigeração, dentro do segmento de cogeração. Com estas tarifas mais competitivas em baixos volumes, a nossa proposta também é de que esse segmento refrigeração que está sendo proposto tivesse as mesmas margens e tarifas do segmento industrial que pega justamente estes baixos volumes. Então, não estaria enquadrado na cogeração, mas estaria dentro do pequeno industrial. As margens para valores de mil, cinco mil e dez mil, tiveram reduções aí de quase 50% em relação às anteriores. Os demais valores de margem do segmento industrial são da ordem de 7% para a grande maioria dos usuários. Também foi estabelecido o critério para os descontos e aqui eu quero corrigir, está tendo uma série de mal-entendidos: quando a gente cria um segmento, o segmento tem uma vida autônoma, não é segmento industrial, é um outro segmento e como outro segmento tem um faturamento próprio, tem uma alocação de custos própria e eventuais descontos não são sobre o faturamento, os descontos são sobre a margem. Então aqui está um erro que eu peço reconsiderar, o desconto é sempre sobre a margem. Para quem tem o fator de carga o critério está colocado na nota técnica, de

0,90 e 0,91 é 1%, de 0,91 e 0,92 é 2% e assim por diante até 0,99. Também em relação ao P0, como foi colocado aqui, ele não causa distorção por estar dentro do segmento industrial, então a alocação dos custos todos é dentro do segmento industrial. Eventuais reduções de margem por conta do fator de carga elevado são automaticamente compensadas dentro do segmento industrial, então a alocação é a mesma, não existe nenhuma redução de P0. Esta é a forma que encontramos e esta migração também vai ser anual. Um usuário que não tem fator de carga elevado vai poder entrar nesse segmento e no ano seguinte sair, se não mantiver o fator de carga. Vai ter essa migração, que vai ser sempre com base nas medições do ano-base e aplicadas a partir do ano regulatório, é sempre medida de janeiro a dezembro e aplicada a partir de maio do ano seguinte, quem fica e quem sai.

No segmento comercial a nossa proposta é de pequenas alterações. O incremento na margem é mínimo, não é significativo. No GNC a tabela proposta pela Comgás implicava em valores tarifários na maior parte das faixas maiores do que do industrial, o que no nosso entendimento seria um contra-senso, porque o segmento GNC foi criado exatamente (essa foi a justificativa na outra revisão tarifária) por utilizar menos investimento da concessionária do que atendimento por rede para o mercado industrial, então exigia uma tarifa mais baixa. Em geral se utiliza as instalações GNC ao longo de uma própria rede com uma pressão mais elevada, enquanto para atender uma indústria precisaria de um ramal, às vezes com alguns quilômetros. Então não haveria motivo para que a tarifa de GNC fosse superior à tarifa industrial. Nós fizemos uma proposta, sempre mantendo esse princípio, e as reduções em relação à atual aí são da ordem de 5 a 6% para

valores típicos desse mercado de GNC. Para o GNV, esta é uma polêmica que vem desde o tempo da concessão, quando realmente as tarifas do GNV eram extremamente baixas, eram da ordem de oito centavos para os volumes aqui colocados no GNV. No entendimento da agência, na implantação deste mercado isso foi extremamente importante, mas quando se trabalha com margens muito baixas, lembra a história do subsídio cruzado, o que não é um objetivo da agência. A agência busca sempre um equilíbrio nas tarifas entre os segmentos, de acordo com seus custos. No entanto, sempre reconhecemos os mercados existentes, a importância dos mercados existentes e não queremos causar graves desequilíbrios nesses mercados. Então, embora a nossa proposta seja de incremento de margem de 15%, eu quero deixar muito claro que isso significa 1,08 centavos de aumento de margem. Quando o gás natural é vendido para o cliente, hoje em dia a R\$ 1,70, estou falando da parte alta da espuma, que é 1,08 centavos. A tarifa mudaria de 1,70 para 1,72. Logicamente tem um espaço muito grande para este aumento até ser absorvido nas várias etapas desta cadeia do GNV. Numericamente é elevado, 15%, mas do ponto de vista efetivo, significa um aumento de margem muito pequeno, já que a grande influência no preço do GNV, cerca de 80% da tarifa de GNV, na verdade é o preço do gás. O preço do GNV é sócio do gás. Se aumentar ou abaixar o gás, ele vai rapidamente na carona do preço do gás.

No segmento de cogeração, nós então não estamos propondo o enquadramento da refrigeração. Justificamos isso em função de questões ligadas à própria eficiência do sistema de refrigeração, que não é a mesma da cogeração, que é um segmento muito nobre em termos de eficiência. A refrigeração, embora tenha excelentes

características do mercado, se aproxima mais de um consumo comercial ou industrial e tarifariamente do industrial, após os ajustes que nós estamos propondo. Aqui estamos perante o Silvestrim, eu estou um pouco pesaroso de propor um aumento na margem de cogeração, que entendemos por uma questão também de alocação de custos, como razoável. Na classe cogeração, que também tem margens pequenas, eu vou demonstrar que o impacto deste aumento da margem na tarifa de cogeração também é muito pequeno, porque está se trabalhando com margens pequenas e sempre aqui, num acordo de cavalheiros, a Comgás vai reduzir estas margens, fazendo descontos significativos para o segmento de cogeração, de forma a compensar este aumento. No segmento de termoelétricas aceitamos a proposta da Comgás de reduzir as classes tarifárias vigentes. Há uma motivação para isto, é que na prática não existem termoelétricas pequenas, então toda aquela segmentação não corresponde à realidade de mercado. Nós não temos no Estado de São Paulo, projetos e nem propostas de termoelétricas muito pequenas. Hoje em dia é até difícil de ser economicamente viável e competitivo, já que a venda de energia elétrica se dá no mercado global. Então o estabelecimento de uma classe única é bastante razoável e também busca uma termoelétrica já de um porte maior. Ao contrário das instalações de cogeração, a única classe nas termoelétricas é bastante razoável e mantemos a proposta. No segmento interruptível, que foi uma criação da agência em 2002, finalmente tivemos ofertas dentro deste segmento. Então a gente aqui cumprimenta a Petrobrás pela realização dos leilões de gás, que se enquadraram perfeitamente dentro da nossa portaria de interruptível com estas ofertas por batelada, por mês. Interpretamos que não precisamos de qualquer

modificação na portaria interruptível para abarcar essa modalidade de leilões que estão sendo realizados pela Petrobrás. Já dois leilões foram realizados, trazendo benefícios para os usuários do Estado de São Paulo. O segmento matéria-prima e segmento gás natural liquefeito, usavam a tabela da cogeração, mantém-se a mesma condição.

Foi também definido o valor da Tusd, a tarifa do sistema de distribuição, que era aquela margem a ser paga pelo usuário livre. Dentro de cada segmento ele terá esta tarifa, que foi definida com base em metodologia. Aqui está descrita, não vou entrar em todo o mérito, mas ela foi definida com 1,9% de desconto em relação à tarifa máxima daquele segmento. No caso o segmento industrial é o principal, então para aquela faixa de consumo, 1,9% de desconto. Vale a pena lembrar que no caso do alto fator ocorre uma migração do usuário com a tarifa que ele tem. Então aqueles um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito e 9% de desconto sobre a margem máxima são agregados ao desconto atualmente existente. Não é em vez de, é adicional, senão não teria nenhum sentido criar uma tarifa alto fator de carga, porque quem tinha desconto superior a 10% ia ser prejudicado com o estabelecimento desta tarifa. Da mesma forma, no caso do usuário livre se estabelece uma margem de 1,9%. Quando o usuário migra para ser livre, não é que ele leva o mesmo desconto, porque primeiro já acabou o contrato dele e então é uma nova negociação, mas quando ele migra, o conjunto dos usuários livres vai ter um desconto médio ponderado que reflete exatamente a mesma base de descontos aplicados aos usuários cativos. O desconto é livre pela distribuidora, mas na média ponderada, os usuários livres vão ter a mesma média de descontos que vigem no mercado cativo para aquele segmento potencialmente

livre, ou seja, os usuários acima de 300 mil metros cúbicos/mês. Então não é individualmente que mantém, mas na média.

Aqui a gente faz uma simulação de tabelas tarifárias para o terceiro ciclo. Vale a pena dizer que a gente está colocando as tabelas utilizando o gás do próprio segmento vigente atual. Por exemplo, o residencial hoje em dia utiliza um gás de 0,60 e alguma coisa. Então, já com as margens propostas pela agência, está sendo construída uma nova tabela. Não quer dizer que em 31 de maio vai ser isso, primeiro porque a margem não está totalmente definida, depende dos resultados desta audiência pública, e depois o gás vai abaixar. Esta é uma boa novidade. Então eu diria que estes valores aqui colocados, provavelmente, na prática vão ser um pouco abaixo do que está aqui. Não sei quanto, mas vão ser um pouco abaixo. Aqui estão as tabelas para os vários segmentos. Eu acho que para todos interessa a comparação, então vou passar rapidamente esses gráficos que mostram a tabela, que é uma tabela virtual. Por exemplo, no segmento comercial e industrial o gás é de 0,765, que é o gás vigente hoje em dia para esses usuários. Dá para observar como a margem é pequena, hoje em dia para um gás de 0,765 a tarifa é 0,90, ainda assim a margem é de 0,13 centavos, já com a proposta. Cogeração, termoelétricas, interruptível, GNC, matéria-prima e GNL. Acho que na próxima revisão tarifária a gente vai propor uma redução no número de segmentos para dar tempo de passar todos esses slides. (risos) Estas comparações estão sem ICMS e sem PIS/Cofins, por isso são tabelas só para comparação. Todas as apresentações aqui, para simplicidade e poder ter comparabilidade, são sem impostos, então logicamente esses valores devem ser agregados. Vamos comparar o gás que todos os usuários estão utilizando hoje em dia

com a proposta da Comgás e com a proposta da Arsesp, então é uma tabela de três entradas, sendo que calculamos qual seria a redução ou acréscimo tarifário em relação à tarifa vigente, considerando que o gás seja imutável. O gás vai abaixar, então é de lá para baixo, caso essa audiência pública mantenha esta margem. Então vamos em frente considerando esse P0 a 0,3176.

Vou exemplificar a primeira e depois nas outras dá para ir mais rápido. Na primeira tabela a gente pega o segmento residencial e simula vários volumes. Para um consumo zero, a tabela vigente da Comgás tem um preço de 11,96. Isso sem PIS/Cofins e sem ICMS, por isso eu falei 15 ou 16, porque daí tinha PIS-Confins que dá quase 10% e o ICMS é 12% calculado por dentro, então passa de 12 para 15 ou 16. Mas para a comparação as diferenças se mantêm. A proposta da Comgás seria passar para 4,96 e da Arsesp de cinco, que é praticamente a mesma coisa. A redução na proposta da Arsesp em relação à vigente é da ordem de 58%. Para um metro cúbico 61%, para dois metros cúbicos 42% de redução. Isso seria numa tarifa hipotética. A partir de sete metros cúbicos fica em 12% e nas faixas seguintes 3%, 5%, 7%, 8%. Então fica nesses valores em geral entre 7 e 8% de redução na tarifa, aqui não estou falando mais de margem, numa tarifa hipotética. Na medição coletiva também ocorreriam reduções de 6, 8 e 10%. No comercial é quase neutro, um acréscimo de 1%. No industrial fica claro que esta margem já impactou a tarifa, mas na hora em que o gás abaixar vai se consolidar esta questão. Aqui a gente vê que a margem em si, não tem grande influência para o grande industrial. Quando a gente diz e repete, e tem gente que não acredita, que o grande problema do industrial não é a margem, é o preço do gás, aqui está mais uma comprovação de que existe uma influência, ela

é importante, mas por algumas medidas regulatórias a gente procura também premiar os bons consumos e instituir o usuário livre. Tudo isto vai ajudar a indústria do gás e fazer uma margem mais adequada, mas a grande questão para o mercado industrial é conseguir um gás mais barato e aí sim, realmente as tarifas serão mais baratas.

Esta simulação é com o gás de hoje. Tranquilizando o Dr. Silvestrim, aquele impacto que nós colocamos causaria um aumento de tarifa atualmente da ordem de 1,76 ou 1,61. Não é um impacto significativo, que seria a causa de construir ou não construir uma cogeração, mesmo porque são margens máximas negociáveis. No veicular aqueles 1,8 centavos ou 18 milésimos de centavos que nós estamos propondo aumentar, significam para a tarifa da Comgás, venda ao posto, 2,07% de aumento. Logicamente, do posto para o usuário final a expectativa é que seja da ordem de 1%, porque se agrega aos custos de compressão que não têm nada a ver com o preço do gás e se agrega às margens do posto, que também não têm nada a ver com o preço do gás. Para o transporte público e para frotas mantemos na nossa proposta uma diferenciação em relação ao gás veicular, uma tarifa um pouquinho mais baixa. Esse é um gás voltado à substituição das frotas e ônibus que utilizam óleo diesel. Então entendemos que tem um significado muito importante e uma venda também em volumes muito significativos, o que permite uma redução tarifária em relação ao GNV tradicional. O chamado GNC, que é para vender comprimido o gás para que seja transportado por caminhão em cilindros e esses distribuem para o mercado industrial ou de GNV de forma geral, esse mercado então teria uma tabela com uma pequena redução tarifária, nesta simulação aqui proposta. A maior

parte das termoelétricas, quando são despachadas, tem um consumo elevado e teriam reduções de 11% na tarifa para um consumo de um milhão, que é o mínimo, e de 5,95%, para um consumo de dez milhões.

Simplificando os próximos passos, o que a Arsesp pretende fazer? A partir de hoje à noite, nós começamos a analisar os documentos entregues por vocês, apresentados e defendidos. Vamos estudar as propostas e verificar quais são aceitáveis e em que proporção são aceitáveis pela agência. Isso será respondido num documento de resposta, que será publicado junto com a decisão final sobre todos esses aspectos, sobre o P0, sobre o X, sobre o K, sobre o mercado, sobre as margens tarifárias e segmentos tarifários. Essas decisões todas virão numa nota técnica final, aí ficam consolidados todos os segmentos e as margens. Imediatamente essas margens já serão acrescidas, dentro de cada fórmula tarifária, ao valor do gás que vai ser definido para o próximo ano. Esse valor do gás é o mix de gás na maior parte dos segmentos que é comprado pela distribuidora, mas vamos procurar acertar qual valor vamos colocar na tarifa, qual o valor do dólar que vai ser colocado na tarifa. Por exemplo, o gás boliviano a Comgás paga todo mês no câmbio do dia de fechamento. Então não é que a Bolívia vai congelar o valor do dólar e a Petrobrás vai congelar o valor do dólar, é um risco da concessionária e uma dificuldade do regulador tentar adivinhar o que será o dólar no próximo ano. Evidentemente, tem um instrumento de proteção que é a conta gráfica, aqui citada algumas vezes. Nós apuramos mensalmente a diferença entre o valor que foi comprado o gás, pela comprovação das faturas da empresa, versus aquele valor regulatório estabelecido na tarifa, com os volumes daquele mês. Então essas

diferenças para mais ou para menos não são jamais perdidas, elas são sempre colocadas numa conta gráfica e serão recuperadas, em princípio anualmente, na redefinição do reajuste da concessionária. Isto tudo vai ser feito de forma a que ser publicado até o dia 30, ainda perdemos dois dias porque 30 é sábado e 31 é domingo. Ainda bem que tem o próximo sábado e o próximo domingo que vão certamente compensar esses dias perdidos. Uma vez fixadas estas tarifas, elas terão vigência imediata, a partir do dia 31 de maio deste ano. No próximo ciclo, durante os cinco anos, elas somente serão reajustadas pelo IGPM, menos X. Então para cada estrutura tarifária, os valores aqui definidos serão assim colocados.

Reconhecemos nesta revisão tarifária que vários pontos tiveram uma regulamentação bastante propositiva e avançada, que vão exigir uma regulação complementar. Em particular, os nossos futuros usuários livres no Estado de São Paulo, terão o que já foi definido como diretrizes básicas do pacote de comercialização. Isto é suficiente? Eu acho que já é suficiente para que se tome uma decisão inicial. Nós flexibilizamos um arrependimento para seis meses. Então o usuário livre pode ser livre a partir de 31 de maio de 2011, em 31 de maio de 2009 todos os usuários vão ter as regras básicas do usuário livre. Se por acaso aquele particular usuário tiver justamente o vencimento do seu contrato em 31 de maio de 2011, ele já vai poder fazer uma opção com base nessas diretrizes e vai poder se arrepender em até seis meses depois, sem criar nenhum constrangimento. Estamos tentando obedecer, na medida do possível, aquelas diretrizes do contrato de concessão que forem fixadas e assinadas por todas as partes em 31 de maio de 2009. Regular é buscar cumprir regras daquilo que está estabelecido na lei e nos contratos, sobre isto não há discussão. Então a idéia é

exatamente estabelecer estas bases para que os usuários possam optar. É esta a minha apresentação e em função da apresentação da Comgás e das outras colocações, de hoje de manhã e agora de tarde, nós vamos fazer uma revisão em tudo o que nós já apresentamos. Muito obrigado a todos.

CÍNTIA – Agora para a apresentação da Comgás, dispondo de 45 minutos, convidamos o Sr. Antonio Henrique Gross para fazer uso da palavra.

ANTONIO HENRIQUE GROSS – Boa tarde a todos, senhores diretores da Arsesp, Dra. Karla, Dr. Zevi, Dr. Aderbal, colegas da Comgás e nossos clientes. Dando seqüência aqui na revisão tarifária, queremos falar um pouquinho sobre essa seguinte agenda: a estrutura e os conceitos que nós aplicamos, a questão da tarifa residencial e depois a comercial, a industrial, as tarifas de cogeração e climatização, um pouco diferente do que o Dr. Zevi já falou, a de GNV, GNC e a tarifa de termo-geração. Quando a gente tem que montar um set tarifário, a gente tem a preocupação de ter a competitividade face aos combustíveis alternativos. Dessa forma, a gente está com a preocupação de ter essa identificação para cada segmento do mercado, quer seja para o residencial ou para o industrial. A gente não pode errar, a gente tem que ter a precisão de estar montando esse set tarifário, porque se eu estiver com as minhas tarifas acima dos combustíveis alternativos não vou estar conseguindo implementar as nossas vendas e se estiver abaixo vou estar tomando prejuízo. Então a mágica da história é a questão de recuperar os custos incorridos na distribuição, viabilizando a expansão e acertando exatamente a questão das alternativas de combustíveis que nós temos. Isso é um exercício árduo em que o pessoal faz simulações e simulações, pesquisa o mercado e

finalmente opta por um set tarifário, algumas vezes diferente daquele que o regulador propõe, apresenta alternativas, de acordo com a experiência nos mercados residencial, industrial e de GVN, o que melhor vai conseguir recuperar os custos incorridos.

Aqui a proposta que a Comgás fez, na coluna da esquerda tem a portaria atual e na coluna da direita tem a proposta da Comgás para o residencial individual. Inicialmente essa proposta que foi feita pela Comgás tem um histograma para definir, por exemplo, quanto teria de variação. Conforme o próprio Dr. Zevi já falou, na questão do consumo zero metros cúbicos por mês tem essa redução de 58% e nos grandes volumes uma redução de sete até 31%. Na faixa intermediária a gente tinha proposto inicialmente um acréscimo, mas vamos ver aqui o que aconteceu com o retorno que obtivemos da Arsesp. Na questão da diferença com a tarifa atual, vai desde aquela redução de 58% até uma redução de 36%, assim também variável nas diversas faixas. A gente vai ver mais para a frente como é que vai ficar uma nova contraproposta que a Comgás está apresentando hoje. Aqui nós temos o coletivo, onde atualmente só existe uma faixa e a Comgás estava propondo seis faixas, de acordo com os volumes para as diversas condições de mercado. Aqui no histograma da direita, a redução ocorre em todos os consumos, desde o menor consumo de dez metros por mês até três mil metros cúbicos por mês. Realmente a gente tem que fazer essa proposta para poder ter a nossa penetração nesse segmento. Aqui a gente vai ver o coletivo da Arsesp, também com as mesmas grandes reduções no diferencial, só que a diferença é que são simplesmente três faixas.

Sintetizando, a gente tinha cinco bandas de medição individual com termo fixo e variável crescente para medição

individual e banda única para medição coletiva. A Comgás fez uma primeira proposta com oito bandas termo fixo e cinco bandas para medição coletiva. A Arsesp contrapôs as mesmas oito bandas, que foram aceitas, e três bandas para medição coletiva. Conclusão: o que a gente acha é que a expansão da utilização do gás natural no segmento residencial, além de ser essencial para consolidar a maior oferta de serviço, é um ponto estratégico em que está baseado o crescimento da Comgás nos próximos anos, nos mercados do Interior principalmente, conforme o Dr. Brescia muito bem expôs aqui hoje de manhã, e que as alterações propostas pela Arsesp afetam a estabilidade da tarifa no segmento residencial e impactam consideravelmente a estratégia da Comgás. Essa é a nossa percepção frente a um futuro crescimento do mercado residencial. Agora a gente vai ver uma nova proposta para esse mesmo segmento, dr. Zevi, com oito bandas de medição individual e cinco bandas de medição coletiva. Embora a Comgás considere que a sua proposta representa um melhor equilíbrio entre os custos e metas da expansão, entende que é necessário apresentar uma proposta alternativa. A gente tinha ido para um lado, a Arsesp veio para outro lado, estamos apresentando agora uma proposta alternativa. Nesse sentido, foi desenvolvida a alternativa a seguir. Para o individual, no histograma aqui embaixo a gente tem reduções não dos 58% para o consumo zero, mas uma redução de 43%, diminuindo um pouco e chegando até uma redução de 33% para valores de consumo acima de três mil metros cúbicos/mês. Então a gente compatibilizou essas questões aqui para ter essa redução. No coletivo acatamos as três faixas propostas pela Arsesp e ficamos com esses valores tarifários, que variam de uma diferença de 11% nos menores consumos chegando até 32% nos

maiores volumes. Essa é uma segunda proposta da Comgás para o residencial coletivo. Na estrutura comercial, inicialmente a Comgás já entrou com uma questão de redução sensível na nova tarifa. O senhor pode ver aqui de zero no consumo/mês uma queda de 20% e depois declinando um pouco menos, mas em todas elas uma redução na tarifa. O mercado comercial é importante porque muitas vezes ele ajuda também a viabilizar um sistema e a ancorar alguns clientes. Então a gente acha que isso tem que ser percebido dessa forma. Aqui está a contraproposta da Arsesp, em que na verdade só houve redução para consumo zero e nas demais faixas incrementos muito pequenos, seria praticamente estável. A gente tem na estrutura atual oito bandas, a proposta mantém essa estrutura e a da Arsesp também mantém. O que a gente acha é que atualmente a tarifa do segmento comercial não é competitiva em relação ao nosso principal combustível alternativo, a gente tem que procurar o melhor ponto para acertar essa tarifa para poder ter realmente uma competitividade e conseguir participar desse mercado. Então a gente propõe uma redução do nível de tarifas atual para esse segmento, de modo a garantir o desenvolvimento. A Arsesp concorda na nota técnica que existem obstáculos à adesão de novos clientes no segmento comercial e então a gente solicita que o nosso regulador considere a proposta de níveis tarifários conforme apresentada pela Comgás.

Na tarifa industrial, Dr. Zevi, uma forte redução. Primeiro a gente reduz, como o senhor mesmo expôs, a questão das bandas de 11 para seis, agregando os pequenos volumes de seis a 50 até cinco mil, porque esses pequenos consumos não faziam muito sentido, então a gente agrupou melhor de outra forma as bandas do consumo industrial. Se a gente for ver aqui no histograma da direita,

as reduções são muito fortes, tem aqui diferenças nos pequenos volumes de até 35% e depois, conforme o senhor falou, a participação do custo do gás é muito maior do que a da margem, então as diferenças começam a cair, não é tão sensível assim. Aqui está a proposta que a Arsesp fez, primeiro a questão da redução do nível atual das bandas, a Arsesp apresenta uma redução de nível menor do que a proposta da Comgás. A atual divisão de bandas não reflete o perfil de consumo do segmento industrial. Tanto a Comgás quanto a Arsesp concordam que o agrupamento das primeiras bandas resulta numa estrutura mais adequada, mais econômica, mais sintética para a gente operar, inclusive. A proposta da Comgás reduz o nível tarifário do segmento industrial, trazendo maior atratividade para desenvolvimento do mercado, e o nível tarifário proposto foi alterado pela Arsesp. Visando restabelecer o equilíbrio para fornecer a competitividade do mercado industrial, a partir da proposta da Arsesp, a Comgás apresenta uma nova alternativa tarifária em que a gente não fica nem tanto ao mar nem tanto à terra, a gente procura equilibrar, sempre dentro da busca do melhor set tarifário, as novas tarifas. A diferença pode ser percebida aqui, variando ainda de 32% nos maiores volumes até um e poucos por cento.

Esse negócio de ficar vendo tabela, principalmente depois do almoço, cansa um pouco, mas não tem outra forma. Eu acho que por isso o Dr. Brescia pediu para eu fazer a apresentação, ele perdeu a voz, mas um xaropinho podia resolver. Mas vamos tentar concluir rapidamente. Na questão da cogeração e da climatização, embora a gente reconheça que há diferenças, a questão da climatização tem um set diferenciado do industrial. Na nota técnica que nós entregamos hoje de manhã tem todas as explicações

pertinentes para dizer exatamente que é um mercado crescente. Mas se a gente chegar ao nosso cliente com a tabela do industrial, ele nem liga de volta, ele olha aquilo e fala que não brinca mais. Então tem que ter realmente uma diferenciação e a gente gostaria que o senhor ponderasse. Se precisar de esclarecimentos adicionais, estamos às ordens, mas realmente a questão da climatização e da cogeração é um fato muito importante. Tem algumas pequenas diferenças de acréscimo na proposta da Comgás. Essa é a proposta da Arsesp e a nossa proposta tem por objetivo estimular o desenvolvimento do mercado de climatização e a estrutura tarifária de cogeração é a mais adequada para competir com a energia elétrica. Se mantiver um outro set, realmente a gente vai ficar fora desse mercado de climatização. Pode-se assumir que equipamentos a gás natural deslocariam energia elétrica, postergando a necessidade de nova geração, considerando a eficiência de cada cadeia completa, desde a geração de energia até o uso final. E existe uma dificuldade de expansão elétrica em grandes centros urbanos, sendo, portanto, interessante papel para o ar condicionado em gás natural. Então a gente vem solicitar que a Arsesp considere a proposta de níveis tarifários conforme apresentada por essa concessionária, lembrando que realmente é um mercado novo, é um mercado nobre para o gás e a gente gostaria muito de estar desenvolvendo esse mercado.

Com relação à estrutura do GNV, a Comgás tem essa proposta de igualar as margens para o consumidor no posto, as frotas e o transporte público, diferentemente do que a Arsesp propôs. A gente então propõe igualar os níveis, a Arsesp concordou com a proposta da Comgás, mas não na questão dos níveis. A Comgás aceita a proposta e ratifica seu pleito de equalizar os níveis

entre as aplicações, porque no fundo, na verdade o que não pode haver é um subsídio, como o senhor mesmo disse. Na questão do GNC, a Comgás fez uma proposta também reduzindo também fortemente os valores. Aqui no histograma, para pequenos volumes tem reduções de 13 a 20 e tantos por cento, para os maiores volumes essa redução já não foi possível, ao contrário, tem até um pequeno acréscimo. O mercado suportaria esse tipo de set tarifário. A Arsesp reduz todos eles. A gente entende que o segmento de gás comprimido deve ter uma estrutura similar à estrutura praticada no segmento industrial, já que a estrutura industrial é mais simples que o atual GNC e trata-se de clientes com o mesmo perfil. A Arsesp concorda com o argumento, mas reforça que o nível de tarifas deve ser um pouco menor. A Comgás concorda com a proposta da Arsesp. Palmas, por favor. (risos) Na questão da termo-geração, a Comgás, como o Dr. Zevi bem expôs, entende que deve ser uma banda só, com reduções sensíveis para pequenos volumes e um pouco menores para os volumes maiores. A Arsesp apresenta outras reduções e a Comgás mais uma vez concorda com a proposta da Arsesp. A proposta tem por objetivo simplificar a estrutura do nível atualizado para os preços praticados atualmente, mais uma vez a gente concorda com a proposta que a Arsesp encaminhou. Em termos da matéria-prima e do GNL, a proposta da Arsesp, sinceramente, é muito mais forte do que a proposta da Comgás. Esse mercado é um mercado que no futuro pode vir a ser uma coisa muito importante, mas a gente acha que no momento não é aí que a roda pega, então não é motivo de discussão ou de debate. A Comgás concorda com a proposta da Arsesp, ressaltando que atualmente não existem clientes faturados nesse segmento, pois não há custo de gás específico.

Desculpe pelo tédio da apresentação, a gente fez um resuminho, mas as tabelas já devem estar disponíveis no site a partir de hoje à noite ou amanhã. Espero que tenhamos sensibilizado o regulador para os nossos pleitos e concordamos com algumas posições propostas pela Arsesp. Obrigado a todos. Se me permitem, eu queria só fazer uma observação que não está aqui na apresentação, mas para não concordar com tudo, Dr. Zevi, a gente não concorda com a questão da obrigatoriedade em fazer um desconto para os consumidores livres entrantes, porque eles estariam recebendo um desconto ao qual não fazem direito. A partir daí a gente acha que isso vai criar uma confusão, então só queria deixar mencionado esse fato que não fez parte da apresentação aqui. Obrigado mais uma vez.

ZEVI KANN – Só para não carregar até o final da audiência, dentro da média ponderada, que é o que a gente coloca, você pode premiar este entrante com desconto zero e dar um desconto maior para aqueles que já estavam. O que a gente exige não é uma condição individualizada, exige que na média ponderada seja mantido para que a concessionária não se beneficie com a saída dos usuários livres e mantenha o mesmo nível de margem que está ela atualmente utilizando. Desculpe pela intervenção, com a autorização da Dra. Karla. Obrigado.

CÍNTIA – Agora daremos início à etapa das manifestações dos expositores, lembrando que obedeceremos a ordem de inscrição e cinco minutos para a apresentação de cada um, a começar por Lucien Belmonte, superintendente da Abividro. Na seqüência gostaria de chamar Sílvia Calou, do Siesp, para dar continuidade.

LUCIEN BELMONTE – Boa tarde a todos. Realmente depois do almoço é difícil e a Comgás acabou pelo menos com a minha auto-estima, porque eu não consegui ler os números. Não sei se vocês conseguiram, mas eu realmente saio com a impressão de que preciso ir num oculista. Mais uma vez estamos aqui para discutir alguns pontos e o Gross tocou num ponto que a gente sempre tenta discutir, que é a questão do energético substituto. A gente acha particularmente que se deve buscar a eficiência máxima sistematicamente e não só em relação ao substituto, principalmente se disser, como foi dito, que se ficar muito abaixo do substituto vai ter prejuízo. Que eu saiba, a remuneração da distribuidora é pela margem e não em relação ao substituto, acho que aí existe um pequeno problema conceitual para a gente estar resolvendo, já que deveria ser sistematicamente mais competitivo. Então gostaríamos de colocar que existem escolhas difíceis e a gente sabe que o que está sendo colocado por um lado ou pelo outro sempre é um ponto de vista, obviamente todos estão tentando defender o seu ponto de vista e encontrar o equilíbrio entre essas partes é o difícil desse processo. A agência acaba funcionando como o juiz desse processo, a gente reconhece a intenção de todos aqui, mas encontrar realmente esse equilíbrio é a parte mais difícil. No roteiro aqui colocamos dois pontos para serem discutidos hoje à tarde, a questão do fator de carga e o encargo capacidade e uma discussão de eventual subsídio cruzado. Quando a gente fala de encargo de capacidade, não conseguimos entender por que mais uma vez se coloca para o segundo ano do ciclo tarifário e não imediatamente. Em 2004 já se discutiu a questão da tarifa trinomial, que não foi implementada porque tinha o problema dos contratos e também porque a Arsesp não deu a ênfase suficiente nisso. Então nós

gostaríamos que fosse implementada rapidamente, pode ser tanto a tarifa trinomial quanto o desconto como está proposto, mas que seja feito. É justo que quem tem uma melhor eficiência na alocação do investimento seja premiado por isso. Nós temos um fator de carga muito alto e gostaríamos realmente de perseverar nesse ponto. Poderíamos até mostrar as cartinhas que a gente mostrou na última revisão, todas as que a gente mandou, mas eu acho que não é o caso voltar a esse ponto. Então está dito aqui desde 31/05/2004 que deveria estar valendo a tarifa trinomial. Na questão agora da estrutura tarifária, obviamente é uma questão de alocação dos recursos, como foi falado já largamente por todos, e nem sempre a gente concorda com essa forma. Aí é ignorância, a gente sabe fazer vidro, não sabe fazer conta desse tipo, mas eu não consigo entender por que dar desconto para quem consome tão pouco, esse para mim tinha que ser o mais penalizado. E também tem a racionalidade. Por que a gente tem que brigar necessariamente com o GLP? Isso não é problema nosso, a gente também tem dificuldades, a gente tem que brigar com cerâmica, com alumínio, com pet, com um monte de coisas e ninguém está atrás disso. Então, você me desculpe, quem tem que brigar com o GLP não sou eu e eu não tenho que pagar por esse GLP, eu não tenho que pagar por esse subsídio, eu não tenho que pagar por essa discussão. A gente não concorda com esse subsídio ou essa forma que está sendo proposta, como também não concordo muito com três mil metros cúbicos para residencial, porque quem aquece piscina não está precisando de desconto. Aqui a gente está falando um pouquinho da estrutura tarifária industrial e a gente também não entende por que a diferença na conta industrial dessa forma como está sendo proposta. Eu não tenho problema de competitividade

com pequeno. Se o pequeno está com problema de competitividade só por causa do gás, ele vai morrer. Então não é um fator de política industrial e acho que também não cabe à Arsesp fazer política industrial. Se quiserem, procure o Sebrae, vai fazer design, vai fazer um monte de outras coisas que vai conseguir competir com outros produtos, não cabe a nós também estar discutindo isso. Se todas as discussões que foram colocadas hoje de manhã fossem aplicadas, desde o salário do presidente até as verbas de propaganda e cortes de investimento, a gente necessariamente teria uma tarifa muito mais competitiva e um sistema mais competitivo, não simplesmente de uma classe ou de outra. A lógica é perversa, sim, contra todos os consumidores. É isso que precisa ser alterado e isso não está sendo feito. Nós continuamos com quatro dólares por milhão de BTU de custo de distribuição para o grande consumidor industrial, isso é inaceitável. Se fosse na Inglaterra ou na Holanda, que são sócios da Comgás, isso dava uma revolução. Gostaria que o órgão regulador, o poder concedente e a concessionária também brigassem por isso. Obrigado.

CÍNTIA – Agora a apresentação da Sra. Sílvia Maria Calou, diretora executiva do Siesp, Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo, e na seqüência o Sr. Eduardo José Bernini, do Tempo Giusto Consultoria Empresarial.

SÍLVIA MARIA CALOU – Boa tarde a todos. Eu aqui represento o Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo, que são as empresas de energia elétrica que atuam no Estado e também a Comgás. Eu peço licença para comentar uma colocação que foi feita aqui pelo meu antecessor, de que se fosse na Holanda ou na Inglaterra que o custo do gás atingisse os níveis

que atinge no Brasil daria uma revolução. Eu só lembro a ele que nem na Holanda e nem na Inglaterra existe monopólio com apenas um fornecedor do gás. Isso só para rebater um pouco a colocação. Dr. Zevi, trazendo um pouco dos poucos conhecimentos de estrutura tarifária do setor elétrico, a gente sabe que no desenho da estrutura tarifária é um dilema para o regulador estabelecer uma estrutura que normalmente não é a estrutura que reflete exatamente o custo para cada segmento ou para cada nível, porque há o interesse do regulador em promover (a gente tem que falar a palavra correta) um subsídio cruzado. Quando na revisão tarifária agora se chega a esse ponto, a margem já está definida, então aquela margem é o que garante o equilíbrio da concessão. Qualquer alteração que se faça na estrutura tem que aumentar para um e diminuir para outro, como todos sabem. No caso da proposta da Comgás diminuía um pouco menos para o residencial e um pouco mais para o industrial, porque foi considerado um subsídio cruzado mais eficiente do ponto de vista de chegar a esse consumidor, conseguir que esse consumidor tenha um acesso maior ao gás, do que o subsídio que estaria sendo dado para o residencial. Não se quer falar isso, mas na verdade a concorrência é com o GLP e esse incentivo não traria esse benefício para o consumidor, ao passo que sendo um pouco mais carregado no industrial traria benefício para aquela classe e para a economia como um todo. Então o ponto que eu estou trazendo aqui é uma revisão por parte do regulador da proposta da Comgás, que parece que reflete mais esses princípios econômicos no desenho de tarifa. Agradeço pelo meu tempo.

CÍNTIA – Chamamos agora o Sr. Eduardo José Bernini e na seqüência Carlos Roberto Silvestrim, da Cogen.

EDUARDO JOSÉ BERNINI – Boa tarde a todos. Eu não vou retomar um ponto da minha intervenção na parte da manhã, mas gostaria que houvesse uma ligação entre as duas falas. Um dos desafios talvez mais complexos que um regulador tem é exatamente de construir uma estrutura tarifária que seja considerada justa. Justa significa que não vai jamais conseguir atender a todas as demandas que vão chegar ao regulador, seja na forma de pressões legítimas ou mesmo de alguns exageros em defesa de determinados interesses. Uma grande diferenciação entre o mundo elétrico e o mundo do gás (o Silvestrim está aqui na frente e provavelmente vai me puxar a orelha) é que nós ainda temos limitadas condições de competição, embora muito tenha se avançado. No mundo do gás nós temos claramente uma competição entre diferentes usos novos. Portanto, temos mercados a desenvolver, assim como também temos concretamente combustíveis que podem competir e hoje mesmo o gás passa a ser um competidor para a energia elétrica em alguns usos, como se pretende que venha a ser desenvolvido no Estado de São Paulo. Portanto, eu acho que o ponto importante nessa discussão da estrutura tarifária é em primeiro lugar termos um certo filtro com relação a interesses que sejam extremamente pontuais ou interesses individualizados. Também não podemos perder a perspectiva de que um dos grandes dilemas que o regulador enfrenta é exatamente a disputa entre o social e o racional econômico, não necessariamente eles convergem na mesma medida e na mesma intensidade. O ponto mais crucial desse dilema é que se nós vamos assumir qualquer tipo de subsídio, seja cruzado, seja explícito, tem que ser claramente tipificada qual é a fonte que irá financiá-lo. Eu pessoalmente não acho recomendável

de forma nenhuma que subsídios cruzados venham a ser feitos em detrimento ou pela incapacidade de manter setores competitivos para atender determinados objetivos sociais. Se há necessidade de haver um subsídio tão caracterizado, que se busque então uma fonte explícita externa. O que me parece que está hoje em discussão não passa por esse viés e eu acho que esse é um ponto extremamente louvável, mas deve ser olhada principalmente a capacidade de nós termos uma política que realmente sustente, dê sustentabilidade para que a sociedade paulista possa usufruir efetivamente de um suporte adequado para a ampliação da penetração do gás natural pelos altos benefícios que ele pode proporcionar. Além disso, outro aspecto importante que eu vejo nessa discussão é que uma parte da capacidade de fixação do preço sai do controle da própria agência e cai no domínio da área federal, na medida em que uma série de preços concorrentes ou mesmo preços sombra dentro da colocação do energético gás está fora da capacidade de ação do regulador. Mas na estrutura tarifária eu acho que a capacidade e a sensibilidade que a concessionária tem de poder construir tarifas que venham a atender o incentivo adequado para que haja o desenvolvimento do mercado deve ser um ponto de partida para a avaliação do regulador. Evidentemente, essa situação é bastante peculiar na medida em que nós temos ainda uma indústria que está se afirmando, que está se capilarizando e não tem ainda o nível de maturidade que seria desejado em outros países. Aí eu acompanho totalmente a observação que a Sílvia Calou fez com relação às condições competitivas. Portanto, eu acho que não podemos tomar como parâmetro determinadas realidades e importá-las em módulo para o nosso ambiente. Seriam essas as minhas considerações, são muito

mais de ordem política e de certa forma também um apoio ao fato de que essa estrutura tarifária está construída de uma forma técnica e os argumentos que tanto a Arsesp quanto a concessionária Comgás colocaram estão dentro desse alinhamento de buscar um equilíbrio, sem que haja a prevalência de interesses cruzados ou a prevalência de setores. Muito obrigado.

CÍNTIA – Sr. Carlos Roberto Silvestrim, vice-presidente da Cogen, Associação da Indústria de Cogeração de Energia. Convidamos o próximo inscrito, Luís Fernando Quilici, da Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento.

CARLOS ROBERTO SILVESTRIM – Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de colocar alguns pontos aqui. Eu tenho uma pequena apresentação, que certamente vai ficar no arquivo da audiência pública, então gostaria de me ater a três desafios que nós temos pela frente. Um desafio é de todos nós e aí precisamos ter um trabalho coordenado com a Arsesp, temos que tirar um pouco essa figura do Moralez da frente do gás. Nós temos que acrescentar a figura da Bacia de Santos, da oferta de gás nacional. Nós temos uma chance de sair do patamar de 700 mil metros cúbicos/dia de oferta de gás nacional para a infra-estrutura de São Paulo e chegar a 20, 22 milhões em 2012. Isso é muito, gente. Nós não conseguimos fazer mercado para tudo isso. Se nós colocarmos algumas restrições aqui, esse mercado vai seguir a tubulação e vai para outras regiões. Esse é o primeiro desafio, temos que externalizar, levar essa comunicação. Eu acredito que mais que 50% da população que trabalha com energia não tem conhecimento do que está acontecendo na Bacia de Santos em termos de desenvolvimento e em termos de perspectiva. Desafio número um. Desafio número dois, tanto para a Cogen quanto para a Comgás:

nós temos que incrementar o conhecimento do que seja cogeração e climatização. É um assunto novo, é um assunto que ainda traz no seu bojo essas incertezas do gás que estão na mídia, estão na notícia e nós precisamos levar a informação correta, o conhecimento. E o terceiro desafio é um desafio para o Zevi. O Zevi, como profissional, certamente diante de argumentos racionais saberá tomar a melhor decisão. Zevi, chega de ar condicionado de janela, chega, muitos acidentes já foram provocados. Hoje a solução é coletiva. Não vem do Chile, vem de uma tecnologia bastante desenvolvida. Eu faço uma sugestão com toda a liberdade que você me dá, reconheça as informações racionais e caminhe na direção da proposta da Comgás, que está próxima do mercado e com certeza conhece muito mais isso talvez do que a própria Arsesp, sem nenhum desmérito. Muito obrigado.

CÍNTIA – Luís Fernando Quilici e convido também o próximo apresentador, Luís Pedro Biazoto, da Abiquim.

LUÍS FERNANDO QUILICI – Boa tarde a todos, Dr. Zevi, demais integrantes da mesa, representantes da concessionária Comgás, representantes de entidades sindicais, associações e pessoas interessadas no tema. Na verdade eu aproveito essa tribuna no dia de hoje para externar uma preocupação bastante grande do setor cerâmico paulista. A Aspacer, Associação Paulista das Cerâmicas de Revestimento, reúne todas as indústrias de cerâmica de revestimento do Estado, ao todo são 46 indústrias instaladas em São Paulo. O setor, quando da chegada do gás natural ao Brasil e a sua ramificação pelo Interior do Estado, foi um dos setores que acabou impulsionando numa velocidade bastante rápida que o gás pudesse estar disponível às regiões onde hoje ele se encontra. O que acontece hoje na verdade é uma situação

bastante desagradável para um setor que emprega cerca de 15 mil pessoas em forma direta e mais 200 mil de forma indireta. Vale lembrar que o setor cerâmico brasileiro é o segundo maior produtor mundial desse tipo de produto, perdendo apenas o primeiro lugar para a China, e o Estado de São Paulo responde por 60% de toda a produção nacional de pisos e revestimentos cerâmicos. O fato é que com os sucessivos aumentos ocorridos no gás natural, sobretudo aqueles que ocorreram no ano passado, no mês de maio e no mês de dezembro, somando-se a isso a crise internacional, acabou levando o setor a não ter mais a possibilidade de coordenar as suas atividades industriais, tamanho o custo do gás natural dentro do seu processo produtivo. O gás natural hoje deve representar 30% dos custos de produção da indústria ceramista paulista, o que está se tornando inviável para a sustentabilidade dessas indústrias no Estado de São Paulo. Só para que os senhores tenham uma idéia, na semana passada nós tivemos uma reunião com os proprietários e sócios de indústrias cerâmicas na Aspacer em Santa Gertrudes, dos 105 fornos instalados em São Paulo, 27% deles se encontram paralisados no dia de hoje, cerca de 30% da produção paulista está paralisada no dia de hoje. Evidentemente, isso tem um reflexo em relação à economia internacional, mas é um aspecto que teve início por conta dos reajustes do gás ocorridos no período anterior. Nesse momento o setor não encontra uma alternativa, não encontra uma saída. O que na verdade nos parece bastante claro é que a política tarifária adotada ao longo desses últimos dez anos não contempla as necessidades desses setores e, pelo o que eu tenho observado aqui, também não contempla a necessidade e outros setores produtivos de forma geral. Então é preciso que se encontre uma

forma adequada, inclusive de que em momentos de crise como esse que estamos atravessando haja dentro dos contratos estabelecidos e dentro das políticas tarifárias implantadas mecanismos de adequação, mas que possam ser utilizados de forma emergencial e no momento presente. Possivelmente nos próximos dias, por volta do dia 31 ou 1º de junho, nós tenhamos uma redução do gás natural, fato que já poderia ter ocorrido caso houvesse mecanismos que possibilitassem a antecipação dessa redução do gás, não colocando em xeque até a possibilidade de extermínio no longo prazo de um setor que é importante para a economia paulista. Então na verdade eu trago aqui essa preocupação. O setor vem se reunindo e promete investir em pesquisas para a utilização de outros combustíveis que possam ser utilizados em substituição ao gás natural, tamanha a preocupação e se sentindo até certo ponto refém dos mecanismos que são aprovados e têm a sustentação legal inclusive por conta do Estado. É essa a preocupação que eu gostaria de trazer a todos os companheiros, a preocupação do setor cerâmico do Estado de São Paulo. Obrigado.

CÍNTIA – Convidamos agora o Sr. Luís Pedro Biazoto, consultor da Abiquim, Associação Brasileira da Indústria Química, e já chamamos o próximo, Percival Franco do Amaral, coordenador de energia da Abrace.

LUÍS PEDRO BIAZOTO – Senhores, boa tarde. Retornando ao assunto da Abiquim, eu começaria por uma frase que foi dita pelo presidente Lula durante a inauguração da unidade de propeno na Replan. Ele disse que o Brasil aproveitará a produção de petróleo da camada pré-sal para fortalecer a indústria química nacional e que o Brasil não pretende entrar na Opep, pois pretende

vender derivados de maior valor agregado. Essa é uma fala extremamente interessante e sensata, isso é o que deve ser feito com o gás natural. O gás natural para matéria-prima é onde maior valor agregado existe, onde ele agrega um valor numa cadeia como um todo e não apenas vender uma commodity ou ser queimado. Desculpe a comparação, mas existe essa diferenciação de valor agregado. Além disso, a indústria química ou petroquímica, quando faz um investimento para produzir algo com base em matéria-prima gás natural, ela não tem substituto. Diferentemente do gás como combustível, ela não tem mais um substituto, porque isso envolveria a troca de tecnologia e isso é inviável. Em São Paulo nós temos interesse em continuar fazendo investimento. No caso de um associado da Abiquim, a Fosfertil, que eu represento tanto na Abrace como na Abiquim, ela tem um projeto de uma nova fábrica de amônia-uréia para o Estado de São Paulo ou não, com produção de um milhão de toneladas/ano de amônia e mais um milhão de toneladas/ano de uréia, com um investimento de 1,7 bilhão de dólares, com 500 empregos diretos e mais dois mil indiretos. Será um consumo firme e constante para um fator de carga acima de 95%, de 2,7 milhões de metros cúbicos/dia de gás, eliminando um problema sério que vai haver daqui três a quatro anos, quando pela falta de produção de amônia no Brasil, parte dessa amônia terá que ser consumida no Triângulo Mineiro, que é onde existe o fosfato e para produção de fertilizante fosfatado há necessidade de amônia. Em três anos essa amônia terá que ser importada e o único porto de importação para atender esse mercado é o porto da Fosfertil em Cubatão. Então será um caminhão de amônia a cada quatro minutos, ininterruptamente, 24 horas por dia, 356 dias por ano, saindo de Cubatão e indo até Campinas, Paulínia e Triângulo

Mineiro. Esse é um projeto que está em estudos e tem duas perguntas que precisam ser respondidas e estamos aí em negociações. Ela será construída, terá preço de gás e condição de gás suficiente? Se tiver, onde? Vamos ver a contribuição que São Paulo está dando na revisão tarifária da Comgás para esse investimento. Esse gráfico mostra a margem atual de gás matéria-prima para o Estado de São Paulo. Novamente agradeço ao Zevi, que foi o primeiro a criar essa margem de matéria-prima aqui no Estado de São Paulo. Essa é a margem atual e aí vemos a proposta da Arsesp para a revisão tarifária. Enquanto todo mundo tem uma redução de cinco, dez, 30, 50, a matéria-prima, que não tem substituto, a margem dela aumenta de sete a 15%. Mas não é só esse o problema. Quando eu disse onde, outros Estados estão começando a pensar nesse assunto e a trabalhar nesse assunto. No caso do Espírito Santo, já foi definida uma margem de distribuição para o gás matéria-prima dessa ordem, esse é o valor. Essas são as diferenças que existem na margem da matéria-prima entre o Estado do Espírito Santo e o de São Paulo, com a proposta que a Arsesp está fazendo, de 150% a 740% de diferença. Não é só a margem que vai tornar viável esse empreendimento ou não, porém ela é um fator importante. O gás também tem que ser negociado, a Abiquim tem feito negociações, já há um ano e meio vem trabalhando junto ao Ministério de Minas e Energia, à ministra Dilma, à Petrobrás, ao ministro Lobão, ao Senado, enfim, fazendo uma proposta de precificação diferenciada para o gás natural. Tivemos uma reunião há duas semanas com o ministro e com a Petrobrás, está andando esse processo, mas a margem também é algo importante. O que a Abiquim pede é que, não tendo um concorrente, a Arsesp revise os valores de margem para a

matéria-prima, desvinculando necessariamente da cogeração, porque essa é exatamente a mesma margem da cogeração, então desvinculando um do outro já que são dois assuntos completamente diferentes e que, se possível, tentasse fazer com que isso chegasse próximo do nível do Espírito Santo. Esse investimento de que nós estamos falando aqui poderá ser no Estado de São Paulo como poderá ser num outro Estado, se for construído. Se não for construído, nós vamos conviver com esse probleminha de uma bombinha ambulante a cada 40 minutos. Obrigado.

CÍNTIA – Convidamos agora o Sr. Percival Franco do Amaral, coordenador de energia da Abrace, e já convidamos os próximos dois palestrantes na seqüência, o Sr. Frederico Paixão Almeida, da Braskem, e José Lepri, da Associação Brasileira de Cerâmica.

PERCIVAL FRANCO DO AMARAL – Mais uma vez boa tarde. Eu vou tratar de alguns itens específicos da estrutura tarifária, conversar um pouco sobre a margem de comercialização, onde a Arsesp coloca como drives para consumo superior a 300 mil de consumidores a porcentagem de volumes e em cima também de porcentagem de consumidores. Ela conclui que as despesas de comercialização representam 1,9% e a TUSD é calculada então a partir de um desconto da margem de distribuição menos 1,9%. A gente quer comentar que não foi excluída a parcela de comercialização que seria para o restante dos consumidores e dessa forma estaria então sobrecarregando a margem de distribuição dos consumidores livres. Os consumidores livres pagariam pelo uso do sistema de distribuição, parte do custo de utilização dos outros usuários. O pleito é rever o procedimento do cálculo de margem, retirar os custos também de publicidade e

marketing da TUSD, calcular a TUSD e as parcelas de pesquisa e desenvolvimento, controle e fiscalização de perdas. A outra questão é referente ao grande crescimento da Comgás, que está em cima principalmente do crescimento residencial, 99.5% das novas conexões foram realizadas para atender consumidores residenciais. Na revisão tarifária está proposto acentuar a capilaridade de atendimento das redes de menor pressão para atender os consumidores residenciais, com a expectativa de crescimento de 97% das tubulações da rede. Pegando a estrutura atual e a estrutura proposta pela Arsesp ainda nos preços antigos, considerando apenas a mudança da estrutura tarifária, está havendo um aumento de 4,27% no preço médio para a indústria, crescimento da margem. Chamo a atenção para a diminuição da margem para a cogeração, que suscita a pergunta que a gente não conseguiu determinar: por que o segmento de cogeração apresenta aumento de tarifa se a margem média proposta na mudança da estrutura tarifária cairia? A outra pergunta é por que as tarifas dos consumidores industriais aumentam significativamente nesse valor. Não sei se há erro ou não, o que nós estamos comentando é que a falta de clareza, a falta de memória de cálculo nos impede de chegar a dados que nos respondam de forma satisfatória como chegaram a esses valores. Se a gente não tem uma memória de cálculo transparente, nos leva a fazer injunções que podem estar erradas, levando a essa distorção, mas de qualquer forma a gente pediria para ser revisto e verificado. O ideal seria que o consumidor pudesse chegar a como é que foi estabelecida a tarifa, como foram estabelecidas faixas das tarifas. Essa memória de cálculo seria muito importante para que a gente pudesse acompanhar e saber os critérios que foram adotados, discordando ou não, mas pelo menos

a gente saberia que critérios foram utilizados para chegar nessas faixas e tarifas. Mais uma vez a Abrace solicita transparência e reprodutibilidade total. A Abrace solicita ao regulador não que estabeleça uma nova estrutura tarifária, mas que sinalize pelo menos a forma de calcular as faixas e estabelecer os critérios que foram definidos para a nova estrutura tarifária. Muito obrigado.

CÍNTIA – Sr. Frederico Paixão Almeida, Braskem, e na seqüência o Sr. José Lepri, da Associação Brasileira de Cerâmica.

FREDERICO PAIXÃO ALMEIDA – Boa tarde. A gente pode observar que nas contribuições anteriores muito se discutiu sobre o percentual de aumento ou de redução por segmento. Mas como se chegou a esses valores? A Braskem vem reforçar o que disse a Abrace aqui: cadê a memória de cálculo desses valores? Nesse ano solicitamos duas vezes à agência reguladora a memória de cálculo desses números e a agência informou que as informações disponíveis nas notas técnicas são suficientes para reproduzir os cálculos. Desculpa, mas não entendemos dessa forma. Tanto é que na página 5 a nota técnica da Arsesp fala que para avaliar a consistência da estrutura e valores propostos ela utilizou o modelo eletrônico disponibilizado pela Comgás, ou seja, se não fosse esse modelo eletrônico, nem a Arsesp conseguiria chegar aos valores. Então uma das nossas propostas é a transparência, possibilitando a reprodução dos cálculos não só das tarifas finais, mas também das margens por segmento e classe. Outra solicitação é de que nas deliberações da Arsesp que dispõem sobre o reajuste dos valores das margens de distribuição e sobre o repasse das variações do preço do gás e do transporte constem de forma separada os três componentes da tarifa final, o preço do gás, o preço do transporte e a margem de distribuição. Muito obrigado.

CÍNTIA – Nós havíamos chamado o último inscrito, José Lepri, mas ele não deve estar aqui, ele esteve na parte da manhã. Então encerramos agora as apresentações e convidamos os membros da mesa que queiram fazer uso da palavra para as considerações finais.

KARLA BERTOCCO – Eu gostaria de primeiramente parabenizar a todos os envolvidos nesse processo de revisão tarifária da concessionária Comgás, agradecer as contribuições que a gente teve agora no período da tarde, que também foram de muita qualidade, como aquelas que tivemos no período da manhã, que permitiram dar um panorama do setor de gás canalizado e principalmente reforçar a nossa responsabilidade enquanto agência reguladora, enquanto diretoria colegiada nas decisões que a gente vier a tomar acerca desse assunto. Isso ficou ainda mais evidente em função das diversas variáveis que foram apontadas por cada um dos expositores que estiveram aqui presentes e tornam esse momento bastante específico em função, seja das incertezas geradas em relação à crise, seja desse momento de abertura do mercado, da criação da TUSD, seja das questões relacionadas à competitividade do gás ou falta de competitividade dele e da possibilidade de cambialidade com outros energéticos, da necessidade levantada pela Sílvia Calou e outros expositores sobre a criação de um mercado forte de energéticos e a universalização dos serviços, como disse a Comgás, mas tudo ao mesmo tempo colocado frente à disposição dos consumidores, em especial dos consumidores industriais, do quanto vai se pagar por isso. Então acho que foram todas as questões pertinentes. Na Arsesp hoje a gente tem internamente, como contratados, consultores e técnicos especialistas que terão toda a condição de analisar as contribuições

que os senhores apresentaram hoje, bem como outras contribuições já enviadas, e irão respondê-las. No momento em que a gente for ter a nossa decisão enquanto colegiado, vai ser publicado um documento com todas as respostas. Eu acho que isso só reforça esse instrumento da audiência pública e efetivamente, cada vez que participo, eu tenho mais confiança de que é um instrumento muito produtivo para que todos participem, para que tenha mais transparência e para que a gente na agência tenha mais segurança ao decidir. Então, novamente, muito obrigada aos senhores, realmente é muito importante que todos contribuam, é muito importante que todos participem como expositores, ainda que o tempo seja reduzido, e que entreguem suas contribuições. Dessa forma eu acho que a gente pode caminhar da maneira mais próxima do ideal, com todos os problemas que a gente já conhece. Eu vou passar a palavra para o Dr. Zevi, que tem alguns esclarecimentos ainda para fazer, e o Dr. Aderbal fique à vontade se quiser fazer uso da palavra e aí a gente encerra. Muito obrigada.

ZEVI KANN – Somente comentando algumas questões extra-pauta que foram colocadas, primeiro a questão da chamada transparência. Transparência todos nós queremos. Mesmo quando eu declaro o imposto de renda, gostaria que a Receita Federal também já me dissesse o ponto de corte e todos os seus parâmetros. Então é uma coisa sempre perseguida e o que se oferece é sempre insuficiente, é isso que eu quero deixar claro, não que não se deva ter. Transparência, se existe, tem que ser para todos os usuários e não segregada a um único grupo. Então, dentro do processo de revisão tarifária, a liberação de informações adicionais àquelas que estão disponíveis para o público em geral exigiria a parada do processo, a retomada no tempo para que todos

tivessem a igual oportunidade de usufruir dessas informações. Para que vocês me conheçam, nesse processo de revisão tarifária, por exemplo, em nome de uma igualdade e transparência, eu não recebi nenhuma das entidades aqui presentes ou o concessionário para discutir revisão tarifária, por causa da igual oportunidade que damos a todos de terem acesso as mesmas informações, que são aquelas públicas e divulgadas através do nosso site. A agência vem buscando incrementar a sua transparência nos pontos que consideramos fundamentais. Acredito que nesse segundo semestre já será possível colocar uma transparência maior na conta gráfica, que eu acho um item fundamental e que pode impactar as tarifas. Estabelecer também um gatilho em relação a essa conta gráfica, para mais ou para menos, para que não tenhamos discussões como houve no final do ano passado, onde extrapolou a questão do aumento do gás. Até me referindo ao período da manhã, todo aquele assunto em nada se referia à margem, simplesmente era uma questão do repasse, em que data repassar a conta gráfica, não tinha nada a ver com o assunto regulado propriamente dito, que era a margem.

Nós divulgamos e vocês podem acompanhar semanalmente as nossas atas das reuniões dos conselhos, onde muitos dos assuntos de decisão de diretoria são publicados no Diário Oficial. Já no âmbito dessa revisão separamos os valores de margem e os valores do gás aplicados às tarifas. Não teremos nenhuma dificuldade de passar a publicar esses valores, dando mais transparência ao processo. Na questão da planilha eletrônica, referida pelo Percival, como a proposta tarifária até pelo contrato de concessão vem da Comgás, ela tem que ser acompanhada da planilha eletrônica para o regulador. Então logicamente a gente tem

que se apoiar, mas não dispensamos os nossos próprios cálculos, as nossas próprias verificações, isso faz parte da base de dados fornecida pela empresa. No setor de gás existem informações que não são divulgáveis do ponto de vista comercial, isso é normal em qualquer setor, tem informações que são públicas e informações que são comerciais. Em vista da competitividade, no setor elétrico eu diria que muito poucas informações são confidenciais, no setor de gás a gente já tem o bom exemplo dado pela Petrobrás, os contratos de suprimento são confidenciais e os processos de leilão são todos confidenciais. Então somente o que a Petrobrás divulgar é que nós poderemos divulgar. Seria interessante também que em toda a cadeia do gás houvesse essa transparência, porque encontramos até dificuldades, ainda que regulador, em cima de informações da indústria do gás.

A questão também colocada pela Sílvia Calou sobre os subsídios cruzados, como se fosse uma farta distribuição, nós não endossamos as palavras da Sílvia Calou. Entendi a intenção, mas nós entendemos que em cada segmento estão alocados os custos corretos daquela atividade. Nós só fizemos, à exceção no GNV, ficou muito claro que é uma herança que vamos tentando ajustar ao longo do tempo, dentro das dificuldades existentes dentro desse mercado. O que existe dentro da alocação de cada segmento é um melhor ajuste entre classes, de forma a que dentro daquele segmento se reflita uma competitividade maior entre outros combustíveis, porque, em princípio, na indústria do gás, como na indústria da energia elétrica, poderia até existir uma tabela única, como existia no tempo da concessionária estatal uma tabela volumétrica. Obviamente, quanto maior o volume, menor a tarifa. Só que isso não permite o desenvolvimento da competitividade, da

expansão e da universalidade dentro da indústria do gás. O que poderíamos chamar de subsídio cruzado, mas que eu preferia chamar de outro nome, é dentro da própria estrutura, quando já está alocado para o industrial, o comercial e o residencial o seu P0. Dentro daquele P0 alocado para aquele segmento, a estruturação entendemos como uma questão de competitividade entre as várias classes, mantido sempre o mesmo resultado, que não significa subsídio cruzado.

Acho que seriam essas as colocações e queria ressaltar que as contribuições foram muito boas. Em alguns pontos eu acho que as colocações já foram atendidas, talvez a interpretação seja errada, como na colocação do Lucien para ser no próximo ano, parece que já é nesse ano, ao menos eu lembro que na nota técnica era assim na questão da aplicação imediata do segmento de fator de carga elevado. Mas vou verificar na nota técnica e, se for o caso, vamos analisar. Então nós realmente compactuamos que esse segmento realmente teve uma vida difícil nos últimos cinco anos. São essas as palavras. Eu quero agradecer pela participação de todos, as contribuições foram de excelente nível. Fazendo uma avaliação em relação à revisão tarifária passada, que também foi muito boa, o conteúdo e o profissionalismo de todos os participantes é um fato notório e acredito que esse instrumento de audiência pública se fortalece com a realização dessa revisão tarifária. Muito obrigado a todos.

ADERBAL DE ARRUDA PENTEADO JUNIOR – Sem me delongar, eu só queria agradecer a todos os presentes. Peço desculpas por não ter sido possível que eu estivesse presente ao longo do período da manhã, mas pelo retrato das contribuições que tivemos agora, como já colocado pelo Zevi, constatei que são

contribuições muito profundas e que certamente ajudam em muito a diretoria colegiada a assumir as suas posições. Regular não é fácil, não é trivial, todos aqui presentes sabem disso e é por isso que eu considero importante que a colaboração de todos os segmentos de usuários fortaleça a instituição Arsesp no sentido de regular bem para promover a expansão do negócio de gás, que é o que todos desejamos. Queria também reafirmar que é ponto de honra para a diretoria colegiada da Arsesp a questão da transparência, mas há ressalvas que o Zevi já se incumbiu de explicar. Desejo a todos um bom fim de semana, exceção feita aos nossos consultores e alguns funcionários, que em meia hora devem estar a postos para começar a analisar exatamente os dados das contribuições. E espero que na resposta que a Arsesp deve dar a essas contribuições e ao retrabalho de proposta feito pela Comgás a gente tenha feito o que deve fazer, um bom serviço. Muito obrigado a todos.

CÍNTIA – Mais uma vez a Arsesp agradece pela participação de todos e lembramos que todas as contribuições escritas e verbais, após a degravação desta audiência, estarão disponíveis no nosso site. Boa tarde.

(Final)

Transcrição: Central de Eventos

Roberto Maciel – F. (11) – 3858.5980 – centralev@uol.com.br